

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.424 - CE (2019/0135356-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE**  
**ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE XIMENES ARAGÃO - CE014456**  
**AGRAVADO : VALDIR QUEIROZ SAMPAIO**  
**ADVOGADOS : JÚLIO CARLOS SAMPAIO NETO - CE017866**  
**GEANE MERCIA MELO DE CAMPOS SAMPAIO - CE040132**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim ementado:

CIVIL PROCESSO CIVIL AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO FORNECIMENTO DE ÁGUA SUPOSTO VAZAMENTO NA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA MATÉRIA QUE DEPENDE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA SERVIÇO PÚBLICO DE NATUREZA ESSENCIAL IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ENQUANTO SE DISCUTE A LEGALIDADE DO DÉBITO AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE, na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe

de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

